

AS 2ª-27 COMISSÕES
Em 12/03/2015

PRESIDENTE



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL
Protocolo Geral de Entrada.
Processo nº 000330
Maceió, AL, 04/03/2015
Assinatura: Jana Dubea

ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL
Gabinete da Deputada Thaise de Souza Guedes

A PUBLICAÇÃO
Em 12/03/2015

PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 10/2015

LIDO NO EXPEDIENTE
EM 12/03/2015

Jana Dubea

EMENTA: Dispõe sobre a divulgação do serviço de Disque Denúncia Nacional de Violência contra a Mulher, no âmbito do Estado de Alagoas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS DECRETA :

Art. 1º. Fica obrigatória a divulgação do serviço de Disque Denúncia Nacional de Violência Contra a Mulher, o Disque 180, no âmbito do Estado de Alagoas, nos seguintes estabelecimentos:

I - hotéis, motéis, pensões, pousadas e outros que prestem serviços de hospedagem;

II - bares, restaurantes, lanchonetes e similares;

III - casas noturnas de qualquer natureza;

IV - clubes sociais e associações recreativas ou desportivas, cujo quadro de associados seja de livre acesso ou promovam eventos com entrada paga;

V - agências de viagens e locais de transportes de massa;

VI - salões de beleza, casas de massagem, saunas, academias de dança, de fisiculturismo, de ginástica e atividades correlatas;

VII - outros estabelecimentos comerciais que ofereçam serviços mediante pagamento e voltados ao mercado ou ao culto da estética pessoal;

VIII - postos de serviço de abastecimento de veículos e demais locais de acesso público que se localizem junto às rodovias.

Art. 2º. Os estabelecimentos especificados nesta Lei deverão afixar placas contendo o seguinte texto: "Violência contra a mulher: denuncie! Disque 180".



Art. 3º. A inobservância ao disposto nesta Lei sujeitará o estabelecimento infrator às seguintes sanções:

- I - advertência por escrito da autoridade competente;
- II – multa de R\$ 200,00 (Duzentos reais) por infração, dobrada a cada reincidência até a terceira.
- III – suspensão do alvará de funcionamento do estabelecimento até a sua regularização, após a terceira reincidência
- IV – Os recursos oriundos da arrecadação das multas serão recolhidos em favor da Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos – SMCDH para melhoria no atendimento da Delegacia da Mulher.
- V – Ficarão responsáveis pela fiscalização – SMCDH (Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos e PROCON (Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor)
- VI – A Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos será responsável por distribuir os materiais gráficos de divulgação da campanha.

Parágrafo único - As placas de que trata o *Caput* deste artigo deverão ser afixadas em locais que permitam aos usuários dos estabelecimentos a sua fácil visualização e deverão ser confeccionadas no formato A3 (297 mm de largura e 420 mm de altura), com texto impresso com letras proporcionais às dimensões da placa.

Art. 4º Esta Lei será regulamentada no prazo de noventa dias, a contar da data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS, em Maceió/AL, 04 de Março de 2015.

**THAISE DE SOUZA GUEDES
DEPUTADA ESTADUAL**

Praça Dom Pedro II, S/Nº, Centro
Maceió-Al, CEP: 57020-900



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem a finalidade de divulgar o serviço de atendimento telefônico instituído pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, criado com o objetivo de disponibilizar um espaço para que a população brasileira, de modo especial, as mulheres, registrem atos de violência do gênero, em suas diversas formas.

Para entrar em contato com a Central de Atendimento à Mulher, basta ligar 180. As ligações podem ser feitas por meio de qualquer telefone - seja ele móvel ou fixo e a ligação é GRATUITA, sendo que o serviço funciona 24 horas por dia, inclusive durante os finais de semana e feriados.

Ante o exposto, e seguindo tendência de vários Estados brasileiros que editaram Lei tornando obrigatória a divulgação deste serviço, solicitamos aos Nobres Deputados a aprovação da presente proposição legislativa.


THAISE DE SOUZA GUEDES

DEPUTADA ESTADUAL